A PROTEÇÃO ÀS PESSOAS IDOSAS NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

Anna Cruz de Araújo Pereira da Silva*

Resumo

Este artigo objetiva discutir a forma como a velhice e os direitos dos idosos têm sido abordados no âmbito do sistema regional interamericano de Direitos Humanos, delineando linhas gerais sobre o fenômeno do “*papy boom*”, a situação dos adultos idosos no Brasil e em outros países americanos, e defendendo a fundamentalidade de seus direitos. Percebe-se, no entanto, em contraste com a exigibilidade imediata dos direitos civis e políticos, a fragilidade impositiva dos direitos econômicos, sociais e culturais, tidos como de natureza programática — e problemática. Ademais, diferentemente do que acontece na Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA)¹ cuida da questão do envelhecimento humano de modo ainda tímido, a partir de um único dispositivo (artigo 17) do Protocolo de San Salvador, que foi desmembrado neste artigo em quatro garantias relacionadas a proteção diferenciada, oportunidades de trabalho, criação de um ambiente acessível e participação social.

Palavras-chave: Idoso. OEA. San Salvador. Direitos Humanos. Sistemas Regionais.

* Advogada especialista em Geriatria e Gerontologia pela Universidade Aberta da Terceira Idade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UnATI/UERJ) e mestranda em Direito pela Universidade Federal do Pará. E-mail: hilton.anna@gmail.com

¹ Os países formadores da OEA são: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Granada, Guiana, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Saint Kitts e Nevis, Suriname, Uruguai, Trinidad e Tobago, Venezuela. Cuba é um país membro, mas seu governo foi excluído de participação na Organização desde 1962. De acordo com o Artigo 9. da Carta da OEA (ORGANIZAÇÃO..., 2007, documento eletrônico): “Um membro da Organização cujo governo democraticamente constituído seja deposto pela força, poderá ser suspenso do exercício do direito de participação nas sessões da Assembléia Geral, da Reunião de Consulta, dos Conselhos da Organização e das Conferências Especializadas, bem como das comissões, grupos de trabalho e demais órgãos que tenham sido criados.” Nações de outras partes do mundo participam da OEA como “Observadores Permanentes.”

1 Introdução

Ao lado de um sistema universal de proteção de Direitos Humanos, constituído pelos instrumentos convencionais e extra-convencionais da Organização das Nações Unidas, erigem-se sistemas regionais de promoção, proteção e reparação de direitos, cujas restrições geográficas favorecem a identificação entre seus membros em torno de objetivos comuns. Estes sistemas regionais, em tese mais “próximos” aos cidadãos, são autônomos, mas complementam e atuam simultaneamente ao sistema global da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nas Américas, a Organização dos Estados Americanos (OEA) representa o sistema regional de Direitos Humanos. O tratado institutivo da organização foi assinado em Bogotá, em 1948, entrando em vigor internacionalmente em 1952, após ratificação por quatorze Estados. A OEA propõe-se a alcançar uma ordem de paz e justiça mediante a solidariedade continental, baseando-se na soberania, autodeterminação, autogoverno e independência de seus membros, atualmente 35 países americanos.

“A OEA é o principal Fórum Multilateral do Hemisfério para o fortalecimento da Democracia, bem como para a Promoção dos Direitos Humanos e para a discussão de problemas comuns, tais como: Pobreza, Terrorismo, Drogas e Corrupção.” (ORGANIZAÇÃO..., 2007)². Assim, considerando a proposta da OEA de debater amplamente questões comuns relacionadas aos Direitos Humanos, neste breve estudo será examinada a maneira como a organização tem tratado o envelhecimento humano enquanto um direito fundamental e fenômeno universal.

2 O *Papy Boom* e suas Implicações

Segundo previsões da ONU, em poucas gerações a proporção de pessoas com 60 anos ou mais passará de uma a cada quatorze para uma a cada quatro pessoas, acarretando uma revolução demográfica com reflexos no sistema previdenciário, nos mercados de trabalho e consumo e mesmo nos núcleos familiares. Naturalmente, esta não é uma transição uniforme, iniciando-se e alterando ritmos de acordo com o grau de desenvolvimento do país em foco. No Brasil, por exemplo, conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (INSTITUTO ...,

² Documento eletrônico.

2002), são atualmente 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais (8,6% da população brasileira); nos Estados Unidos da América, consoante o US Census Bureau (GIST; HETZEL, 2004), são 35 milhões de pessoas idosas (12,4% do total da população norte-americana); na Colômbia, aproximadamente 6,8 % da população total é idosa; no Chile, os idosos são 10%; na Argentina, a proporção é de 13% (INSTITUTO ..., 2002); em Cuba, cerca de 15% (PRENSA ..., 2003); no Uruguai, esta percentagem sobe para 17% (LEAL, 2000; INSTITUTO ..., 2002).

O crescimento acelerado do segmento maior de 60 anos sem que a população geral o acompanhe (ver Tabela 1) acarreta uma menor disponibilidade de membros de gerações mais jovens para adultos mais velhos, provocando não apenas rearranjos familiares como “transferências” de várias ordens aos setores mais idosos (laborais, financeiras, etc.). São estes os contornos do chamado *papy boom*, agora que os baby boomers, nascidos na explosão de natalidade do período pós-guerra, completam 60 anos.

Tabela 1 — Valores da Taxa de Crescimento da População de 60 Anos e Mais [R(60+, t)] e a Taxa de Crescimento da População Total [R (t)] Durante 1950-2025 em Alguns Países da América Latina e Estados Unidos

País	1950-60		1980-90		2015-2025	
	R(60+,t)	R(t)	R(60+,t)	R(t)	R(60+,t)	R(t)
Argentina	0,041	0,018	0,023	0,015	0,019	0,008
Bolívia	0,019	0,021	0,026	0,021	0,034	0,016
Chile	0,031	0,022	0,025	0,016	0,035	0,009
Uruguai	0,013	0,013	0,018	0,006	0,012	0,004
Brasil	0,038	0,030	0,027	0,019	0,043	0,008
Cuba	0,026	0,018	0,017	0,009	0,027	0,001
México	0,026	0,029	0,030	0,021	0,039	0,009
Estados Unidos	0,023	0,016	0,016	0,010	0,025	0,008

Fonte: Palloni e Peláez (2003, p. 19), adaptada (para a tabela completa ver p. 19).

No Brasil, 18% dos idosos nunca foram à escola, 57% cursaram até a 4ª série, 14% até a 8ª série, 5% concluíram o ensino médio e apenas 3% completaram o ensino superior. 80% dos brasileiros idosos afirmam que existe preconceito contra idosos, mas somente 15% espontaneamente reportaram ter sofrido violência por serem idosos (NERI, 2007).

A situação descrita por Minayo (2003) é mais alarmante que a de-

núncia espontânea: em 1998, 13.184 idosos morreram no país por violência e acidentes, uma média de 37 óbitos/dia; 69.637 idosos foram internados por lesões e envenenamentos em 1999 — ressaltando sempre o fato que as informações sobre morbidade por causas violentas em idosos são ainda precárias.

À vulnerabilidade social soma-se a fragilidade física dos adultos maiores, devido a alterações fisiológicas como perda de massa óssea, sarcopenia, diminuição dos hormônios sexuais, mudanças no sistema imunológico, aumento de doenças crônicas, etc., fatores que habilitam o idoso a ser especial sujeito de direitos.

3 O Direito do Idoso como um Direito Fundamental

Para Ramos, direito fundamental é “[. . .] aquele direito cujo conteúdo é decisivamente constitutivo da manutenção da dignidade da pessoa humana em determinado contexto histórico.” (2002, p.13).

Assim, o reconhecimento dos direitos dos idosos e do direito ao envelhecer é concomitante ao envelhecimento populacional e às demandas por ele trazidas. Neste raciocínio — de que reconhecimento e proteção de direitos estão intimamente relacionados a um contexto social determinado —, crê-se que só foi possível cogitar direitos de categorias (idosos, mulheres ou trabalhadores) ulteriormente a certas mudanças que ensejaram o aparecimento destas categorias. O direito, portanto, é antes social que natural, neste aspecto (ARAÚJO, 2005).

Em 1970, quando Beauvoir (1990) escreveu seu famoso ensaio sobre a velhice, não havia ainda, assim entendida, tal categoria de cidadãos seniores:

Em política, o indivíduo conserva durante toda sua vida os mesmos direitos e deveres. O Código Civil não faz qualquer distinção entre um centenário e um quadragenário. Os juristas consideram que, fora os casos patológicos, a responsabilidade penal dos idosos é tão integral quanto a dos jovens. Os velhos não são considerados uma categoria à parte e, por outro lado, isto não lhes agradaria; existem livros, publicações, espetáculos, programas de tevê e de rádio destinados às crianças e aos adolescentes; aos velhos, não. (BEAUVOIR, 1990, p. 9).

Além do homem em abstrato, senhor dos direitos humanos de liberdade, os quais se consagraram como de “primeira geração” na clássica concepção geracional ou dimensional de direitos, ganha então espaço o homem específico, diferenciado quer por sua idade, quer por seu sexo ou sua posição na cadeia de trabalho. O Direito do Idoso, dessa forma, está catalogado como direito social, junto a todos outros direitos chamados de “segunda geração”, que exigem ações, e não omissões, do Poder. Obviamente, são também direitos seus, à medida que não perde a humanidade genérica quando envelhece, a vida, a liberdade religiosa, a liberdade de expressão e demais direitos de liberdade negativa e igualdade; mas, ao apresentar a condição diferenciada, de idoso, autorizado está a exigir do Estado políticas igualmente especiais que lhe concedam inclusive prerrogativas e privilégios (ARAÚJO, 2005).

Destacamos como direitos peculiares aqueles destinados à preservação da saúde física e mental do idoso, com atenção especial às fragilidades e limitações mais comuns, ao atendimento preferencial em órgãos públicos e privados, à criação de redes de suporte formal e o incentivo às redes informais, à fomentação à educação continuada e a programas de capacitação, além dos que garantam aposentadoria digna.

A expansibilidade dos direitos fundamentais com a inclusão de novos sujeitos de direitos se dá porque, conforme Ramos (2002), não há uma “tipicidade”, sendo possível uma compreensão sempre aberta no âmbito normativo, com margens móveis, a fim de dar conta da evolução do rol de direitos humanos.

4 O Direito do Idoso no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos

Os direitos fundamentais da pessoa idosa na esfera regional são especificamente previstos no Protocolo de San Salvador de 1988, adicional à Convenção Americana, relativo a direitos sociais, econômicos e culturais, particularmente no artigo 17 do diploma³.

Artigo 17 Proteção de pessoas idosas
Toda pessoa tem direito à proteção especial na velhice.
Nesse sentido os Estados Partes comprometem-se a adotar

³ O instrumento em questão é chamado Protocolo de San Salvador. No entanto, uso a palavra diploma como sinônimo de título afirmativo de direitos, tal como lei, dispositivo, instrumento normativo, etc.

de maneira progressiva as medidas necessárias a fim de pôr em prática este direito e, especialmente, a:

- a) Proporcionar instalações adequadas, bem como alimentação e assistência médica especializada, às pessoas de idade avançada que careçam dela e não estejam em condições de provê-las por meios próprios;
- b) Executar programas trabalhistas específicos destinados a dar a pessoas idosas a possibilidade de realizar atividade produtiva adequada às suas capacidades, respeitando sua vocação ou desejos;
- c) Promover a formação de organizações sociais destinadas a melhorar a qualidade da vida das pessoas idosas. (Grifo nosso). (COMISSÃO..., 1988)⁴.

O caráter deste tipo de obrigação é de uma proteção objetiva, já que não se configura tratado multilateral tradicional, baseado em relações recíprocas e sinalagmáticas; mas, sim, “[. . .] uma ordem legal internacional que visa beneficiar, acima de tudo, o indivíduo.” (RAMOS, 2002, p.29).

Ramos registra que:

O protocolo de Manágua, adotado na 19ª Sessão Especial da Assembléia Geral da OEA, em 1993, criou o Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral, formado pela fusão do Conselho Econômico e Social Interamericano com o Conselho Interamericano para a Educação, Ciência e Cultura. (2002, p. 216).

Compete a esse Conselho apreciar relatórios periódicos sobre a situação dos direitos sociais e econômicos e as medidas progressivas que os Estados tenham adotado a fim de assegurar seu devido respeito (Artigo 19). O peticionamento individual cabe somente em duas hipóteses: violação do direito dos trabalhadores de organizarem sindicatos e violação ao direito à educação; não há previsão, portanto, de petição no caso de atentado ao direito à proteção na velhice.

Referindo-se aos Pactos de Direitos Cíveis e Políticos e Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, Comparato prega uma natureza indivisível, afirmando que:

⁴ Documento eletrônico.

Os direitos humanos constantes de ambos os Pactos, todavia, formam um conjunto uno e indissociável. A liberdade individual é ilusória, sem um mínimo de igualdade social; e a igualdade social imposta com sacrifício dos direitos civis e políticos acaba engendrando, mui rapidamente, novos privilégios econômicos e sociais. (2003, p. 333).

A dualidade de diplomas é assumida também no sistema interamericano e Ramos pontua que a incorporação de novos direitos reflete na responsabilidade internacional dos Estados, incrementando-lhes os deveres; no entanto, os direitos sociais em sentido amplo, consagrados em San Salvador: “Não possuem o mesmo tratamento (dispensado a direitos civis e políticos) no âmbito dos procedimentos de responsabilização do Estado pela violação dos mesmos.” (RAMOS, 2002, p.250).

Historicamente a intervenção dos órgãos do sistema interamericano de proteção aos direitos humanos tem se concentrado na defesa do direito à vida, à integridade física, às liberdades, à justiça, à igualdade e aos direitos políticos. Mas a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (a Comissão) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (a Corte), em seus respectivos âmbitos de competência, têm reconhecido cada vez mais o caráter fundamental dos direitos econômicos, sociais e culturais. O Protocolo de San Salvador, apesar do alcance reduzido de seu mecanismo de supervisão de direitos (limitado à recepção de relatórios e permitindo a consideração de petições individuais com respeito apenas ao direito à educação e a alguns aspectos dos direitos sindicais), estabeleceu um guia normativo para definir o alcance de outros direitos econômicos, sociais e culturais. Assim, o Sistema Interamericano vem se “adaptando” às necessidades e desafios atuais, entre eles a demanda pela plena vigência e pela justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais. (DIREITOS ..., 2001)⁵.

⁵ Documento eletrônico.

Até o momento, poucos foram os países americanos que aderiram ao Protocolo de San Salvador: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai, apenas.

Estes Estados-Partes comprometem-se a adotar as medidas necessárias, tanto de ordem interna como por meio da cooperação entre os Estados, até o máximo dos recursos disponíveis e levando em conta seu grau de desenvolvimento, a fim de conseguir, progressivamente e de acordo com a legislação interna, a plena efetividade dos direitos reconhecidos no Protocolo (Artigo1).

Ramos aí identifica um princípio do “desenvolvimento progressivo [...]” pelo qual o Estado deve orientar suas políticas públicas, na medida dos recursos disponíveis, para obter a efetividade destes direitos.” (2002, p.257).

Esta lógica “programática” e mediata, como antes destacado, faz contraste com os direitos civis e políticos, incondicionados e imediatos, e deve-se ter cuidado em não mitigá-la a ponto de se transmutar em mera “recomendação”, sujeita a talantes e humores.

Sobretudo em relação ao envelhecimento populacional, diante da transição demográfica em curso e das necessidades peculiares urgentes do grupo, não se há de falar em simples “agenda para o futuro”. Os quatro pontos destacados pelo Pacto mereciam pronta adesão pelos Estados, embora, no Brasil, só tenham sido mais bem delineados a partir de 2003, através do *Estatuto do Idoso*, Lei n. 10.741 (BRASIL, 2003).

4.1 Direito à Proteção Especial

A “proteção especial” justifica-se pela distinta condição do adulto maior de 60 anos, mais propenso à fragilidade física, além de mudanças nos arranjos familiares, saída do mercado de trabalho, etc.

A proteção diferenciada há de ser entendida de modo amplo, preventivo e não somente reparador, compreendendo desde a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a saúde e bem-estar do idoso até mesmo o estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre o envelhecimento e a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos judiciais em que o idoso figure como parte. “Protetor” implica não apenas defender,

como também resguardar, favorecer, abrigar.

No Brasil, o *Estatuto do Idoso* inspira-se nesta necessidade de proteção diferida e a assume ao garantir, por exemplo, prioridade (Art. 3º) na efetivação de direitos, no atendimento ao idoso por entidades públicas e privadas, na preferência quando do emprego de recursos públicos, estabelecendo ainda como dever geral, de toda a sociedade, zelar pelos direitos dos idosos (Artigos 4º, 5º, 6º) (BRASIL, 2003).

4.2 Atendimento Adequado (instalações, alimentação, serviços)

A ressalva final do Artigo 17 do Protocolo (COMISSÃO..., 1988) demonstra o caráter de subsidiaridade da atuação estatal: o provimento dos serviços especializados dá-se quando “as pessoas de idade avançada que careçam dela e não estejam em condições de provê-las por meios próprios”. Trata-se, assim, da “privatização do cuidado”, transferindo responsabilidades e custos para o idoso e sua família.

Feita a ressalva, é de fato importante a atenção a um ambiente acessível na construção de uma sociedade receptiva. Esta construção passa pela reestruturação física (cuidado com rampas e degraus, pisos, corrimãos, sinalização nas ruas, tamanho de letras em transportes coletivos, etc.) e alcança o fornecimento simples e rápido de facilidades médicas, nutricionais, legais, etc..

No Brasil, o *Estatuto do Idoso* (BRASIL, 2003) compromete-se a oferecer tratamento e serviço especializados ao prever, por exemplo, formação, capacitação, reciclagem de recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia (Artigo 3º, VI; Artigo 15, § 1º, II, III, V), adequação de currículos, metodologias e material didático cujo público-alvo seja idoso (Artigos 21, 24, 25) e implantação de equipamentos que visem a aumentar a acessibilidade ao idoso no espaço público (Artigo 38) (BRASIL, 2003).

4.3 Programas Trabalhistas

O projeto — pessoal ou coletivo — de envelhecimento ativo exige o oferecimento de oportunidades educacionais e laborativas. Neste sentido, é fundamental combater a discriminação etária no acesso a empregos e o Poder Público tem a missão de incentivar espaços como as Universidades da Terceira Idade, grupos de treinamento e outras iniciativas que favo-

reçam a auto-realização da pessoa idosa e suas potencialidades criativas.

Assim, o Estatuto brasileiro veda a discriminação e a fixação de limite máximo de idade na admissão a posições de trabalho (Artigo 27), prevê a profissionalização especializada de idosos (Artigo 28), o apoio à criação de universidades abertas (Artigo 25) e mesmo à participação dos idosos em atividades culturais e de lazer mediante descontos de pelo menos cinquenta por cento nos ingressos (Artigo 23) (BRASIL, 2003).

4.4 Organizações Sociais

Estimular as organizações sociais destinadas a melhorar a qualidade da vida das pessoas idosas é uma meta bastante abrangente: associações religiosas, recreativas, educacionais, agremiações de bairro, sociedades científicas — notadamente as de Gerontologia e Geriatria —, instituições de acolhimento e mesmo centros médicos podem colaborar para a melhora na qualidade de vida dos idosos. Conselhos — nacionais, estaduais ou municipais — de Idosos que participem da avaliação, formulação e fiscalização de políticas públicas são também de relevante importância, notadamente por seu lugar de mediação entre sociedade civil e entidades de governo.

Compreender o que seja “qualidade de vida” para idosos é, em si, um ponto complexo, pois abrange não apenas a disponibilidade de recursos materiais como também sentimentos de segurança, pertencimento, cidadania, independência e autonomia. De outro lado, o estímulo às organizações pode compreender tanto auxílio financeiro, como capacitação de agentes ou mesmo o reconhecimento, em deferência, do trabalho prestado.

5 Conclusões

A ONU, em dois momentos principais, 1982 e 2002, dedicou-se especificamente ao envelhecimento humano e, do debate entre seus membros, produziu documentos chamados Planos de Ação que consistem em verdadeiras bases fundantes da nova cultura gerontológica. Contudo, no âmbito interamericano, apesar do delicado cenário em que o envelhecimento ocorre, em economias em geral limitadas, gerando “concorrência geracional” por serviços médicos e legais, poucos são os dispositivos que cuidam da temática.

Existem na OEA órgãos de trabalho, relatores e declarações especializadas destinados a grupos em situação de vulnerabilidade (mulheres,

indígenas, crianças, afro-descendentes, prisioneiros, imigrantes, portadores de deficiência, etc.), mas não há, propriamente, uma abordagem diferenciada para idosos.

Além disso, a justiciabilidade dos direitos sociais, econômicos e culturais, dentre os quais o direito à proteção diferenciada na velhice, ainda vive em um “limbo”, à medida que o acesso individual às instâncias internacionais é restrito, com conseqüente limitação da legitimação processual. Isto revela ainda a distância injustificada entre implementação internacional dos direitos civis e políticos, e dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Por fim, a vaguidade do Artigo 17 do Protocolo, próprio das normas de realização graduada e de aplicabilidade flexível, não deve ensejar fragilidade impositiva, pela relevância do conteúdo e pela urgência das transformações diante de um quadro de velozes mudanças demográficas, epidemiológicas, relacionais. A concreção das disposições do Protocolo pode ser alcançada à medida que transpostas suas estatuições para as legislações nacionais (como no caso brasileiro, o *Estatuto do Idoso*) e instrumentalizadas por políticas públicas.

THE PROTECTION OF THE ELDERLY PEOPLE IN THE INTER-AMERICAN SYSTEM OF HUMAN RIGHTS

Abstract

This paper aims to discuss how the Inter-American System (OAS) deals with elders' rights and ageing issues. It outlines the “*papy boom*” phenomenon, the situation of elders in Brazil and other American countries, defending elderly rights as fundamental ones. But it is noticed, in comparison with the immediate exigibility of civil and political rights, a weaker commitment with social, cultural and economic rights, with a so-called programmatic (and problematic) nature. Besides, differently from the UN, the OAS approaches to human ageing are timid and based on one article (article 17, Protocol of San Salvador), which this paper divided into four guaranties related to special protection, labor opportunities, an accessible environment, and social participation.

Keywords: Elder. OAS. San Salvador. Human Rights. Regional Systems.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Anna Cruz de. A Razão dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa. *Jus Vigilantibus*, Vitória, 26 nov. 2005. Disponível em: <http://jusvi.com/doutrinas_e_pecas/ver/18888>. Acesso em: 8 jun. 2007.

BEAUVOIR, Simone de. *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.741.htm#art118>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. A-52: protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais, culturais. Protocolo de San Salvador. El Salvador, 1988. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/e.Protocolo_de_San_Salvador.htm>. Acesso em: 20 fev. 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DIREITOS Econômicos, Sociais e Culturais no Sistema Interamericano. *CEJIL Gazeta*, Rio de Janeiro, n. 12, 2001. Disponível em: <<http://www.cejil.org/gace-tas/cejil12b.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2007.

GIST, Yvone J.; HETZEL, Lisa I. *We the People: aging in the United States*. Washington, DC: United States Census Bureau, 2004. Disponível em: <www.census.gov/prod/2004pubs/censr-19.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Perfil de Idosos Responsáveis pelos Domicílios*, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>>. Acesso em: 5 jun. 2007.

LEAL, Gustavo. El Descuido de la Infancia: un problema para la democracia. *La Onda Digital*, Montevideo, n. 19, nov./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.uruguay2030.com/LaOnda/LaOnda/1-100/19/El%20descuido%20de%20la%20>

infancia%20un%20problema%20para%20la%20democracia.htm>. Acesso em: 5 jun. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violence Against the Elderly: the relevance of an old health problem. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, 2003. P. 783-791.

NERI, Anita Liberalesso (Org.). *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: SESC, 2007. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=1642>>. Acesso em: 5 jun. 2007.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *OEA: Aspectos Gerais*. Washington, D.C., 2007. Disponível em: < http://www.oas.org/key_issues/por/KeyIssue_Detail.asp?kis_sec=20>. Acesso em: 8 jun. 2007.

PALLONI, Alberto; PELÁEZ, Martha. Histórico e Natureza do Estudo. In: LEBRAO, Maria Lucia; DUARTE, Yeda. *SABE: saúde, bem-estar e envelhecimento: o Projeto Sabe no município de São Paulo: uma abordagem inicial*. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003.

PRENSA Independiente. *Habrá en Cuba más Viejos que Niños en 2010*. Cuba: CUBANET, 2003. Disponível em <<http://www.cubanet.org/CNews/y03/dec03/18a2.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2007.

RAMOS, André de Carvalho. *Processo Internacional de Direitos Humanos: análise dos sistemas de apuração de violações de direitos humanos e implementação das decisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

Recebido em: 31/07/2007

1ª revisão: 22/10/2007

Aceite final: 06/03/2008